

fsbcomunicação



Sobre o empreendimento

O Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo, localizado em Formosa do Rio Preto, no Oeste da Bahia, ocupa uma área de 200 mil hectares e reúne 41 produtores de soja, milho, algodão, feijão, milheto e sorgo, respondendo por 4% da produção do Oeste da Bahia. O condomínio gera 2 mil empregos diretos e indiretos e recolhe R\$ 50 milhões ao ano de impostos diretos e indiretos, garantindo renda e desenvolvimento socioeconômico na região. A administração do empreendimento não tem informações específicas sobre os negócios dos produtores, uma vez que eles atuam com total autonomia e independência.



Sobre a legalidade da propriedade do empreendimento

É falsa a informação de que a Estrondo nasceu em um processo fraude ou de grilagem. Em uma operação de crédito a empresa União de Construtoras deu em garantia a Delfin Rio S.A Crédito Imobiliário as terras da Fazenda Estrondo. Em 1981, a União de Construtoras entrou em inadimplência e a Delfin Rio executou a garantia.

Em 1982, a Delfin sofreu intervenção do Banco Central e o administrador do Banco Nacional de Habitação (BNH) vendeu partes da área, para saldar compromissos decorrentes da intervenção. Em 2006, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu a última sentença sobre o caso Delfin, decidindo pela legitimidade do pagamento, em forma de terrenos, para saldar a dívida com o então BNH.

Ainda na década de 1990, a Delfin Rio transferiu a área para as atuais proprietárias, sendo ainda detentora de uma parte. As empresas instaladas no condomínio, portanto, detêm a propriedade das áreas há mais de 40 anos, exercendo efetiva posse desde então, com seus devidos registros junto ao Cartório do Registro de Imóveis em Formosa do Rio Preto, em matrículas próprias, Receita Federal (NIRF - Número do Imóvel na Receita Federal) e Incra (CCIR - Certificado do Cadastro de Imóvel Rural), além das devidas licenças ambientais.

O empreendimento Cachoeira do Estrondo teve origem no fim da década de 1980, quando foi iniciada a organização do loteamento agropecuário. No início da década de 1990, após as devidas autorizações ambientais, as fazendas entraram em produção.



Sobre a ação em torno das posses de terras

Em 2008, foi aberto um inquérito civil no Ministério Público da Bahia (MP-BA) para averbação da reserva legal em todos os empreendimentos do município de Formosa do Rio Preto. Em 2010, o MP-BA orientou que o empreendimento demarcasse a área dos posseiros e transferisse as propriedades correspondentes. As empresas do Condomínio Cachoeira do Estrondo iniciaram, então, as tratativas diretas junto aos posseiros das vilas denominadas Aldeia, Gato, Cacimbinha, Marinheiro e Cachoeira do Rio Preto, com vistas à definição dos limites de suas posses e transferência de propriedade dos territórios.

Abaixo, um croqui mostra a localização das vilas, à margem esquerda dos rios do Santo e Preto.



Em 2011, diante da reação dos posseiros às tratativas diretas, as empresas do empreendimento procuraram o MP-BA para atuar nestes acordos. Na Ata da reunião que ocorreu em 10 de novembro de 2011, consta como instrução do MP-BA que "(...) toda negociação sobre a titulação dos territórios deverá ser feita com a presença dos três atores desse diálogo proposto, quais sejam: a empresa, as comunidades e o Ministério Público". Assim, daquele momento em diante, cessaram as tratativas diretas.

Em 2012, o MP-BA abriu um inquérito civil (número 593.0.21.218865/2012) para proceder à regularização socioambiental e, para isso, solicitou um laudo técnico para delimitar as áreas dos posseiros. Um então diretor de uma ONG local e também dono de uma consultoria foi contratado pelo MP-BA para elaborar pareceres técnicos referentes ao dimensionamento, reparação e valoração econômica dos danos ambientais em 30 empreendimentos. O contrato 033/2012, que custou R\$ 736.020,00 aos cofres públicos e levou quatro anos para ser concluído, foi entregue em 2016.

No ano de 2017, com base nesse laudo, 11 autores, em nome de 62 famílias moradoras à margem do Rio Preto, ingressaram com uma ação na Justiça, por meio de procuração

dada à ONG Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia (AATR). Pediam a manutenção de posse de uma área de 43 mil hectares, alegando ocupação por herança tradicional. A área que essas famílias ocupam hoje é de propriedade de empresas privadas que constituem parte do empreendimento Cachoeira do Estrondo.

Área pleiteada na ação de 2017

COMUNIDADES	Distância aproximada da sede municipal (km)	Coordenadas	Número de Famílias	Número de Pessoas	Área Total (ha)
Cachoeira	80	11° 06' 31" S 45° 52' 20" 0	07	41	5.225,64
Marinheiro	90	11° 06' 06" S 45° 56' 35" 0	04	16	1.066,37
Cacimbinha/Arroz	115	11° 08' 58" S 46° 03' 56" O	20	140	4.059,55
Gatos	135	11° 12' 11" S 48° 08' 30" O	03	28	4.078,73
Aldeia/Mutamba	165	11° 10' 58" S 46° 17' 45" O	25	157	28.909,08
TOTAL	-	-	59	382	43.339,37

No laudo que embasa a ação, foi apontado o pleito para uma área de cerca de 29 mil hectares para 157 moradores das comunidades Aldeia e Mutamba. A área é sete vezes maior do que a pleiteada pelas comunidades Cacimbinha e Arroz, que têm praticamente o mesmo número de pessoas. Essa discrepância fez com que o próprio Ministério Público questionasse a legitimidade do pleito, conforme documento anexo.



LIMITES DAS COMUNIDADES RURAIS DO RIO PRETO

Cachoeira

Fonte: referencias indicadas pelos moradores. Mapas apresentados. Limites: leste - cerca divisa com Fazenda Estrondo; oeste - vereda que faz divisa com Marinheiro; norte - Rio Preto; sul - limite com Serra (condomínio).

Fonte: pontos coletados em campo pela indicação do guia. A área ficou menor que a indicada Limites: leste - divisa com comunidade Cachoeira; oeste - pontos indicados por guia, divisa com

Salustiano, Paranaguá e outros; norte - Rio Preto; sul - limite com Serra (condomínio).

Cacimbinha

Fonte: pontos coletados em campo pela indicação dos moradores Limites: leste - pontos coletados e limites do Córrego dos Veados; oeste - Córrego Cacimba Grande; norte - Rio Preto; sul - limite com Serra (condomínio).

Fonte: pontos coletados em campo com indicação dos moradores e mapa apresentado. Limites: leste - Córrego Cacimba Grande; oeste - Córrego do Brejão; norte - Rio Preto; sul limite com Serra (condomínio).

Fonte: referencias indicadas pelos moradores. Há dúvidas. Limites: norte - Rio dos Santos; sul - Cabeceira Venna, Rio Preto até o encontro entre este e o

A ação foi ajuizada na Vara Regional de Conflito Agrário e Ambiental, em Barreiras, com liminar concedida pela juíza Marlise Freire Alvarenga, em caráter provisório. O processo foi remetido para a Vara de Formosa do Rio Preto, devido à extinção da Vara Agrária. Em maio de 2017, o juiz Sérgio Humberto de Quadros Sampaio, da Comarca de Formosa do Rio Preto, deu decisão em primeira instância limitando a área da ação a 9 mil hectares e determinando perícia judicial no local para que fosse averiguada a real ocupação. A perícia ainda não ocorreu, a AATR recorreu da ação, mas a decisão foi mantida em segunda instância pela desembargadora Joanice Maria Guimarães de Jesus, conforme decisão de 3 de maio de 2019. Até hoje, o vínculo territorial não foi comprovado na Justiça.

Quanto ao recente despacho proferido pela atual juíza de Formosa do Rio Preto (Bahia), o Condomínio Cachoeira do Estrondo entende que não se atém aos reais desdobramentos da ação judicial, uma vez que a decisão que o despacho manda cumprir já havia sido modificada pelo juiz antecessor em 2018, que justamente estabeleceu que a liminar em favor das comunidades corresponde à área de 9 mil hectares. A referida extensão provisória da área foi, inclusive, confirmada em recurso no Tribunal de Justiça. Da contestação ofertada aos autos, sobressai um elemento crucial que merece atenção: a dificuldade de se delimitar, com exatidão, qual é a área objeto do conflito, fator que prejudicaria não só a defesa, violando-se o Contraditório, como a própria análise deste magistrado.

Vislumbro, nesse sentido, certas incongruências, que têm início até mesmo com a análise do número de famílias apresentadas. À fl. 05 da Inicial (ID nº 7328466, página 11), tem-se que existem 59 famílias atingidas. Já a tabela de fl. 13 dos autos (ID nº 7328466, página 27) indica a existência de 62 famílias.

Em seguida, observo que tal tabela aponta uma área conflituosa de 43.339,37 hectares, cujos contornos foram elaborados "a partir da indicação dos limites indicados pelos posseiros", cf. se consta do parecer tomado como pedra fundamental das alegações autorais em relação à dimensão da lide e da área territorial, fl. 361 e ss. dos autos (ID nº 7347712, página 9).

Entretanto, tal parecer revela imprecisões, até mesmo em relação ao número de famílias existentes nas comunidades.

Trecho da decisão do Juiz Sérgio Humberto Sampaio, de 27 de novembro de 2018



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA COMARCA DE FORMOSA DO RIO PRETO VARA DE JURISDIÇÃO PLENA

Rua Percilio Santana, 740, Centro, Formosa do Rio Preto-BA, CEP 47990-000 Telefone: (77) 3616-2129 / E-mail: friopretovplena@tjba.jus.br

A parte AUTORA, assim, não tem logrado êxito, até o momento, em seu ônus probatório de delimitar com exatidão qual a área em conflito, de modo a permitir que este Juízo avalie a real dimensão da área que está sendo postulada.

Assim, para mensurar esse ponto, convém lançar mão da média utilizada pelo INCRA na regularização dos territórios quilombolas, instrumento que permite chegar ao montante de quase 4,5 mil hectares por família, se consideradas 62 famílias e a média de 1,1 módulo fiscal por família (em Formosa do Rio Preto: 1 módulo = 65 hectares¹).

Contudo, por cautela, para que se deixe uma margem de segurança, entendo por bem multiplicar o dobro do cálculo que leva em consideração o módulo fiscal (cerca de 4.500 hectares).

É que, em respeito à Razoabilidade, para que não se adjetive essa limitação de temerária, ou mesmo insuficiente para o convívio das famílias, vale, como medida razoável, estabelecer o dobro do tamanho do módulo fiscal, atingindo-se o patamar de 9000 hectares de área total litigiosa.

II. FIXO a área conflituosa em 9000 (nove mil) hectares, restringindo, por conseguinte, os efeitos da decisão liminar possessória de fls. 423/428 (ID nº 7348344), no que tange à área atingida, mantendo-se incólume quanto ao restante.

III. Realizadas as citações, **DETERMINO** a realização de <u>prova pericial</u> e nomeio como perito do Juízo o Sr. **CARLOS ALBERTO MONTEIRO DA SILVA**, Engenheiro Florestal, Mestre e Doutorando em Ciências Ambientais e Florestais, CREA 151.598/D, com endereço na Rua Gustavo Medrado, 18, Morada Nobre, Barreiras-BA, CEP 47810-041, acessível pelos contatos de telefone (77) 98106-5037, e-mail:

Trechos da decisão do Juiz Sérgio Humberto Sampaio, de 27 de novembro de 2018.



Sobre a relação com os posseiros

O Condomínio Cachoeira do Estrondo desaprova atos de violência e esclarece que as equipes de vigilância contratadas visam garantir a segurança patrimonial e a integridade física de trabalhadores e moradores do empreendimento.

Prezando pela convivência pacífica que, historicamente, mantém com as comunidades do entorno, o empreendimento busca regularizar a propriedade de posseiros desde 2010. Após o ingresso da ação judicial sobre a posse das terras, no entanto, o empreendimento passou a ser alvo de diversos ataques e invasões de propriedade, roubos de cercas, equipamentos e armamentos, destruição do patrimônio (guaritas e sedes de fazenda), agressões, intimidações, cárcere privado e ameaças de morte a funcionários de empresas do empreendimento. Com isso, ainda em 2010 contratou, para fazer a segurança patrimonial do empreendimento, a empresa privada Estrela Guia, cuja equipe de segurança atua absolutamente dentro da legalidade.

Todos os atos de violência foram devidamente registrados em Boletins de Ocorrência (BOs) na Polícia Civil de Formosa do Rio Preto. Em vários desses BOS, os posseiros admitem alguns crimes. É importante esclarecer que todos os ataques ocorreram fora do perímetro determinado na decisão judicial.

A SEQUÊNCIA DE ATAQUES:

PRIMEIRO ATAQUE: 17-07-2017

Destruição de três guaritas, uma casa sede, curral da Fazenda Resplendor e uma ponte, com roubo de bens, armamento, ameaças e cárcere privado dos vigilantes.

Guarita Brejão próximo ao setor gato



• Guarita Cacimbinha à margem do córrego dos veados



• Guarita Brejão próximo ao setor gato



• Fazenda Resplendor



• Ponte sobre o rio Preto próximo ao setor Gato



SEGUNDO ATAQUE: 10-02-2018

Destruição de duas guaritas, com roubo de bens e armamento e cárcere privado dos vigilantes.

• Guarita Cacimbinha a margem do Córrego dos Veados



• Guarita Pedra de Fogo



TERCEIRO ATAQUE: 05-06-2018

Destruição de uma guarita, uma casa sede e curral da Fazenda Resplendor. Com roubo de bens, armamento, gado, ameaças e cárcere privado dos vigilantes.

• Guarita rio Preto



• Fazenda Resplendor



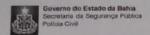


QUARTO ATAQUE: 22-06-2019

Destruição de uma guarita, com roubo de bens, armamento, ameaças e cárcere privado do vigilante. A ação foi gravada pelo sistema de monitoramento eletrônico, permitindo identificar a chegada dos invasores armados. As imagens foram entregues à Polícia.

• Guarita Rio do Santo





Gerado por: REINALDO SERPA DOS SANTOS

CERTIDÃO

Boletim de Ocorrência

Data: 06/06/2019 ås 10:17h

Número: 11*CRPN FORM RP-BO-19-00528
Unidade: 11* COORPIN - FORMOSA DO RIO PRETO

Delegado: 204098536 - CARLOS ROBERTO DE FREITAS FILHO

Responsável Pelo Registro
Unidade: 11º COORPIN - FORMOSA DO RIO PRETO
Servidor: 203466045 - REINALDO SERPA DOS SANTOS

Descrição: Comunicação Presencial

Data do Documento: Órgão Origem:

Número:

Autoridade Requisitante:

Data Recebimento:

Encaminhamento:

Hora Recebimento:

Dados do Fato

Delituoso

Data: 31/05/2019 às 10:00h

Envolvimento

Autor

Compareceu a esta Delegacia de polícia territorial, Daniel Kluber Ferraz, acima qualificado, alegando os autores tem comentado na região que irão matar o funcionário da empresa DELFIN RIO S/A senhor VILMAR SOUZA DA CRUZ. Contra os autores há registros de ameaças de morte contra funcionários, conforme registros BO-18-00708 e BO-17-0041 contra ARI JOSE JUNG, nos registros BO-16-00529 e BO-17-00539 contra JCSE FIRMINO GALINDO e no registro 504.2014.001113 contra VILMAR SOUZA DA CRUZ. Em encontro no município de Dianópolis -TO o avo dos autores Jossinei e Ednaldo, Sr. Abdon, serviu como menino de recado, encontrando o Sr. VILMAR na rua e dizendo que seus netos iriam lhe pegar. Após a prisão do autor Jossinei no ultimo dia 25 de maio, após o mesmo deixar a prisão está falando na região, que irá matar o Sr. Vilmar, como sendo o responsável pela sua prisão, além de diversas caluntas e difamações. A Delfin Rio vai garantir a integridade física de seus funcionários, conforme preceitua o art. 1210, parágrafo primeiro do Código Civil Brasileiro.

Endereço Principal: Faz RESPLENDOR-DELFIN RIOS S/A CRÉDITO-COND. ESTRONDO, GERAIS, FORMOSA DO RIO PRETO, BA - BR

Infração Penal

Legislação Referência Natureza LEI 2848: Art. 147 Art. 147 do CP. **AMEACA**

Pessoas Envolvidas

Pessoa Física

JOSSINEI LOPES LEITE, Carteira de Identidade: 11198930-20 SSP/BA,

Sexo Masculino, Māe: CATARINA LOPES LEITE, Pai: IMIDIO DE MEIRA

BO com registro de ameaça de morte a funcionários empreendimento José Firmino Vilmar Souza da Cruz em 6/6/19

Emissão: 01/02/2019 às 17:24h Unidade de Emissão: 11º COORPIN - FORMOSA DO RIO PRETO SIGIP - Sistema de Informação e Gestão Integrada Policial

Gerado por: REINALDO SERPA DOS SANTOS

CERTIDÃO

Boletim de Ocorrência

Número: 11°CRPN FORM RP-BO-19-00118 Data: 31/01/2019 às 11:03h

Unidade: 11ª COORPIN - FORMOSA DO RIO PRETO

Delegado: 204098536 - CARLOS ROBERTO DE FREITAS FILHO

Responsável Pelo Registro

Unidade: 11ª COORPIN - FORMOSA DO RIO PRETO Servidor: 203466045 - REINALDO SERPA DOS SANTOS

Origem

Descrição: Comunicação Presencial Data do Documento: Número: Órgão Origem:

Autoridade Requisitante:

Data Recebimento: Hora Recebimento:

Encaminhamento:

Dados do Fato

Tipo: Delituoso Data: 31/01/2019 às 07:30h

Histórico:

Compareceu a esta Delegacia de Polícia Civil, Daniel Kluber Ferraz, gerente administrativo do local acima citado, alegando que os srs. Adão Batista Gomes, Jossone Lopes Leite, Ednaldo Lopes Leite, tem promovido diversas invasões a área da Fazenda Resplendor de propriedade da Delfin Rio, com gado, sendo os últimos registros no mês de dezembro de 2018 conforme os registros BO-18-01086, BO-18-01120 e BO-18-01122. Estes animais foram retirados da propriedade da Delfin, na manhã do último dia 28 de janeiro, para isto foi aberto um ponto na cerca de divisa pela Delfin em frente a Fazenda Resplendor, os animais foram conduzidos para o interior das posses dos autores na Cachoeira do Rio Preto. No final do dia os envolvidos Ednaldo Lopes Leite e Adão Batista Gomes, cortaram a cerca em um ponto de serra na Coordenada 11º08?13?S 45º51?12?O invadindo novamente a área da Delfin. Novamente foi organizada a retirada destes animais sendo ontem dia 30 de janeiro de 2019 os mesmos foram recolhidos ao curral da Fazenda Resplendor.Na data e hora supracitadas, os envolvidos Adão Batista Gomes, Jossone Lopes Leite, Ednaldo Lopes Leite, um indivíduo não identificado, juntamente com dois adolescentes, passou pela abertura na cerca que a Delfin Rio abriu e entraram na sede da Fazenda Resplendor. O Ednaldo afirmou ? vamos abrir o gado que esta no curral e soltar al dentro?, nisto mandou os adolescentes irem abrir o curral, neste momento o vigilante Arceone os abordou explicando que os animais não deveriam ser soltos no interior da Fazenda Resplendor e sim dentro de suas posses e que esta ação não deveria envolver adolescentes, nisto os adolescentes se afastaram, o Ednaldo insistiu na invasão, sendo que o vigilante realizou um disparo para o chão, neste momento foi disparado por um indivíduo não identificado um tiro em direção a torre da Fazenda Resplendor, iniciou-se uma troca de tiros entre os envolvidos e os vigilantes, tendo os envolvidos evadindo-se do local. A Delfin Rio agiu em autotutela de sua propriedade privada, conforme preceitua o Art. 1210, parágrafo primeiro do Código Civil Brasileiro.

5

Sobre a circulação em vias e acessos da propriedade

A administração do empreendimento Cachoeira do Estrondo nega que tenha instalado guaritas ou impedido acesso em vias públicas. O controle de acesso ocorre somente a algumas estradas construídas e mantidas com recursos privados, todas atestadas pela Prefeitura de Formosa do Rio Preto como sendo estradas privadas. Nesses locais, deve haver autorização do proprietário para circulação.

Também não procede a informação de que teria instalado cercas elétricas fora dos limites da propriedade. Nos últimos meses, por diversas vezes, todas com ocorrência registrada pela autoridade policial, o empreendimento foi vítima de posseiros que destruíram cercas e colocaram seu gado dentro da propriedade, resultando na necessidade de retirada desses animais por parte da administração.